SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 22ª REGIÃO – ALAGOAS

CRECI-AL

REQUERIMENTO PADRÃO DE PESSOA FÍSICA

(Preencher com letra de forma legível ou digitando em um computador / celular)

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO(A) SOLICITANTE

Nome Completo: _____

Nome Social: _____

CPF: _____ Data de Nascimento: _____ Sexo: ☐ Masc. ☐ Fem.

Estado Civil: _____ País onde Nasceu: _____

Cidade e Estado (UF) onde Nasceu: _____

WhatsApp: _____ Telefone: _____

E-mail: _____ Nº do CRECI: _____

Nome da Mãe: _____

Nome do Pai: _____

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (LEI FEDERAL Nº 7.115/1983)

DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115/1983 e do artigo 299 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848/1940), ser residente e domiciliado(a) em:

Endereço: _____ Número: _____

Complemento (bloco/apto/etc): _____

CEP: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado (UF): _____

Excelentíssimo senhor presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 22ª Região – Alagoas, eu, acima qualificado(a), venho, mui respeitosamente, **anexando toda a documentação pertinente**, conforme legislação aplicável, requerer:

☐ Certidão de Inteiro Teor
☐ Declaração de Convênios
☐ 2ª Via da Carteira de Corretor
☐ Atualização de Endereço
☐ Alteração Contratual de PJ
☐ Cópia de Processo
☐ Remissão de Débitos
☐ Isenção por Idade e Contribuição
☐ Isenção por Motivo de Saúde
☐ Solicitação
☐ Outro (especifique abaixo)

Informações complementares:

E por tudo acima ser verdade, firmo e, ciente, nestes termos, peço deferimento.

Cidade / Estado: _____ Data: _____

_____

Assinatura igual à do documento de identificação apresentado. Ou assinatura eletrônica GOV.BR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DA 22ª REGIÃO – ALAGOAS

CRECI-AL

DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

(Preencher com letra de forma legível ou digitando em um computador / celular)

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, devidamente qualificado(a) no requerimento do pedido acima, **declaro, sob as penas da lei**, que os documentos digitalizados, enviados de forma virtual para o presente protocolo, **são verdadeiros e conferem com os respectivos originais**. Declaro também que sou conhecedor dos termos descritos no Capítulo III – Da falsidade Documental, do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei Nº 2.848/1940), bem como Lei 13.726/2018.

Art. 298 do Código Penal – Decreto-Lei 2.848/40: *"Falsificar no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro: Pena – reclusão, de um a cinco anos, e multa."*

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (LEI 13.709/2018)

Eu, devidamente qualificado(a) neste requerimento, DECLARO estar ciente que o CRECI/AL, inscrito no CNPJ sob o nº 12.475.711/0001-00, realizará o tratamento dos meus dados pessoais apresentados neste requerimento, bem como dos demais dados em documentos anexos, para fins de análise, conferência e/ou manutenção do meu cadastro e/ou registro profissional junto à esta instituição, nos termos do art. 7º, incisos II e III, e art. 23 da LGPD, bem como as demais hipóteses previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

FINALIDADE E TRANSPARÊNCIA: Os dados são coletados exclusivamente para finalidades legítimas, explícitas e informadas, sem qualquer tratamento posterior incompatível com essas finalidades.

BASE LEGAL DO TRATAMENTO: O tratamento de dados pessoais é realizado com fundamento nas bases legais previstas nos arts. 7º, incisos II e III, e 23 da Lei nº 13.709/2018, podendo, quando aplicável, ocorrer também mediante consentimento do titular, nos termos da legislação.

DIREITOS DOS TITULARES: O CRECI/AL garante o exercício dos direitos dos titulares dos dados, como acesso, correção, portabilidade, exclusão e revogação do consentimento, quando aplicável, de forma clara e facilitada, disponibiliza informações sobre o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) e sobre canal de atendimento em seu Aviso de Privacidade disponível em **creci-al.gov.br**.

RESPONSABILIDADE: O CRECI/AL implementa controles e políticas internas para assegurar a conformidade com a LGPD, mantendo a transparência e responsabilização quanto ao tratamento dos dados pessoais.

E por tudo acima ser verdade, firmo e, ciente, nestes termos, peço deferimento.

Cidade / Estado: _____ Data: _____

_____

Assinatura igual à do documento de identificação apresentado. Ou assinatura eletrônica GOV.BR